

Venenosos abraços: o disciplinamento fumo-fumicultor no Alto Vale do Itajaí (SC)

Yves Marcel Seraphim¹

Mestrando em Antropologia Social pela Universidade de Brasília

yves.seraphim@gmail.com

Resumo

A fumicultura é uma atividade agrícola de trabalhos eminentemente manuais cujas jornadas são caracterizadas pela proximidade e pela constância do contato entre os corpos dos(as) fumicultores(as) e as folhas de tabaco, desde o pé da planta na roça até a estufa, onde são secadas para a venda. Essa íntima relação é o objeto deste texto, ademais, intencionando demonstrar como a etnografia das atividades cotidianas dos colonos fumicultores no Alto Vale do Itajaí (SC) contribui ao estudo antropológico dos contextos agroindustriais. Assim, passando pelo desbrotamento das flores do tabaco, pela aplicação de agrotóxicos, pela colheita e seus “porres de fumo” (overdoses de nicotina) e pelas tarefas na estufa, há de se demonstrar como se conforma uma relação mútua de disciplinamento entre humanos e vegetais. De um lado, transforma-se tabaco em mercadoria para a venda contratual com empresas fumageiras fornecedoras dos insumos agrícolas, de outro, agricultores sobrepujados pelo ritmo dos serviços reconhecem sua mão-de-obra como uma mercadoria não remunerada. A partir desses aspectos, este estudo fornece uma compreensão a nível etnográfico da atual reorientação produtiva da agroindústria fumageira sul-brasileira.

1 Agradeço aos pareceristas deste artigo pela excelente série de críticas e sugestões que foram, na medida em que fui capaz, incorporadas ao longo da revisão.

Palavras-chave: Fumicultura; Processos de trabalho; Disciplinamento

Abstract

Tobacco cultivation is an agricultural activity composed mainly of manual labor, which journeys are characterized by proximity and constancy of contact between tobacco growers' bodies and tobacco leaves, starting at the plant in the field and going to the curing barns, where the leaves are dried for sale. This intimate relation is the object of this text, furthermore, it intends to show how the ethnography of everyday activities of the tobacco growers in the Alto Vale do Itajaí (SC) contributes to the anthropological study of agro-industrial contexts. Going through the breaking of the sprout, the application of agrochemicals, the harvest, the "tobacco hangover" (nicotine overdose) and the tasks at the curing barn, this article demonstrates how a mutual relation of disciplining between humans and vegetables is constituted. On the one hand, tobacco is transformed into commodity for contractual sale with tobacco companies that provide agricultural supplies, on the other, smallholders overwhelmed by work tasks recognize their workmanship as unpaid commodity. Based on these aspects this study provides an understanding on ethnographic level about the current productive reorientation of the south Brazilian tobacco agro-industry.

Key-words: Tobacco cultivation; Labor processes; Disciplining

Seja debaixo dos braços na roça, entre as mãos no galpão ou na estufa sob constante vigia, as folhas de tabaco acompanham de perto o cotidiano dos camponeses que as cultivam e preparam. Essa intimidade de contatos é uma das principais marcas da fumicultura sul-brasileira e, como tal, ela oferece um acesso particular para seu entendimento. Efetuando essa aproximação, compete às páginas seguintes demonstrar a dedicação que os fumicultores catarinenses empregam aos pés e folhas de fumo a fim de compreender o que subordinação ao capital acarreta na relação entre camponeses e vegetais-mercadorias. Partindo da relação fumo-fumicultor, o encadeamento das dimensões dos processos de trabalho e da relação contratual com as empresas fumageiras transnacionais pode ser expresso em duas perguntas: como os fumicultores transformam as folhas de fumo em mercadorias a serem vendidas às empresas fumageiras? E, nesse processo, como os fumicultores transformam a si mesmos?

O trabalho de campo que alimenta a descrição e a reflexão presentes neste artigo foi realizado descontinuamente entre os meses de novembro de 2018 e maio de 2019 na região do Alto Vale do Itajaí, Santa Catarina. A maior parte dos sujeitos com os

quais convivi, fumicultores e fumicultoras, são proprietários das terras em que vivem e trabalham. Alguns ainda estão concluindo o processo de aquisição do terreno, porém ali já cultivam e dependem da renda do tabaco para a continuidade do pagamento. Ainda quanto à contextualização da pesquisa, é importante observar que o campo e a análise se referem mais particularmente à fumicultura do tabaco Virgínia, tipo mais produzido nacionalmente e cuja colheita é realizada por meio das folhas, e não do pé de fumo inteiro².

O cultivo do fumo no Brasil, terceiro produtor mundial de tabaco (atrás de China e Índia) e maior exportador (Epagri/Cepa 2018: 92), é efetuado por meio do Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT), atuante no país desde 1918. O SIPT prescreve o contrato anual (por safra) de compra e venda entre os agricultores que plantam, colhem e vendem o tabaco para as empresas fumageiras – constituintes de um oligopsônio transnacional – e que, em troca, garantem (gerando crédito) aos agricultores os insumos do plantio (sementes, agrotóxicos etc.), os serviços de técnicos agrícolas, além da infraestrutura das estufas, em sua maioria elétricas, onde as folhas recém colhidas são curadas por meio de calor controlado. Vale resumir e frisar: a relação formal básica entre as empresas fumageiras e os agricultores se dá mediante um contrato anual em que agricultores, donos de suas terras, vendem uma mercadoria na forma da folha de tabaco e as fumageiras vendem os insumos indispensáveis ao cultivo e ao beneficiamento (pós-colheita) e compram as folhas dos agricultores. Não há, como se percebe, vínculo empregatício entre uns e outros. E quanto aos preços obtidos pelas folhas-mercadorias ao final da safra, esses são estipulados pelas empresas conforme uma inspeção feita sob critérios técnicos da qualidade das folhas, algo bastante questionado pelos agricultores.

-
- 2 Na safra 2019/2020 o tabaco tipo Virgínia ocupou 88,9% da produção total nos três estados do Sul. Disponível em: <http://www.sinditabaco.com.br/sobre-o-setor/estatisticas/>. Acesso em 15 mar. 2021. O domínio do tipo Virgínia se consolidou no Brasil a partir de 1967 quando houve uma reorientação do complexo agroindustrial fumageiro pela interrelação dos seguintes itens: 1) a entrada de novas empresas transnacionais como fumageiras integradoras; 2) a garantia estatal dos custos produtivos, antes fornecidos aos agricultores pelas empresas integradoras, e partir de então financiados pela recém operacionalizado Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) do governo brasileiro; 3) a renovação técnica aos moldes da assim chamada Revolução Verde (Silva 2002: 133 e 170). A respeito do último ponto, destaco uma circunstância particular da fumicultura, o fato de que ela compunha um complexo agroindustrial incluindo insumos, assistência técnica e agrotóxicos sob a égide de capital estrangeiro desde o fim da década de 10 com a instalação do Sistema Integrado de Produção de Tabaco. Assim, em vez de configurar uma mudança externa ao sistema produtivo do tabaco, as disposições da Revolução Verde foram absorvidas por um sistema pré-existente que de certo modo as antecipou. As condições históricas e técnicas concretas desse acoplamento merecem estudos à parte. Afora o Virgínia, estão presentes na região Sul os tipos Amarelinho e Burley. O primeiro é um fumo de estufa similar ao Virgínia, mas considerado menos produtivo, ao passo que o segundo é um fumo de galpão, o que significa que sua secagem é realizada por ventilação não controlada, diferente dos fumos de estufa, cuja ventilação da secagem é controlada por dispositivos que medeiam a queima de combustível vegetal. O tipo Burley produz um fumo mais escuro e forte. Além de representar uma pequena porção da fumicultura comercializada via SIPT, ele também é plantado apenas para consumo próprio.

A despeito das suspeitas quanto à credibilidade da inspeção que determina o valor do produto, para os fumicultores uma coisa é certa: seu trabalho, e com ele sua esperança na safra, consiste em produzir as folhas da maior qualidade possível, a fim de que recebam por elas o melhor preço possível.

Destaco o lugar da folha na produção do tabaco porque é ela a mercadoria final que é vendida. A folha, portanto, consiste para os fumicultores no objeto de atenção maior durante o cultivo. Tal como François Sigaut, ao demonstrar que os planos e as técnicas da domesticação³ animal variam conforme o produto que se objetiva obter (no exemplo da vaca, há mudanças se o objetivo for carne, leite, couro etc.) (Sigaut 1983), pretendo indicar como as práticas de cultivo de tabaco são igualmente balizadas pelos efeitos produzidos sobre as folhas, ou melhor, pelos efeitos das ações que produzem as folhas. Ademais, ter em vista os modos pelos quais a relação entre fumicultor e fumo se concretizam nas folhas-mercadorias permitirá a reflexão acerca das forças às quais este campesinato, à primeira vista livre e provido de meios de produção, está sujeito. Além disso, este artigo identifica no disciplinamento dos processos de trabalho com o tabaco uma escala menor da reorientação no complexo fumageiro sul-brasileiro. Com esse trajeto em vista, é importante primeiro apreciar tanto a história da fumiicultura no Alto Vale quanto situar parte do debate antropológico a respeito dos camponeses colonos no Brasil.

A fumiicultura e os colonos

Nas décadas de 1950 e 1960, a agricultura comercial do Alto Vale do Itajaí centrava-se na criação doméstica dos “porcos banha” (cuja banha era o produto objetivado e comercializado), além de na fabricação e na venda de farinha de mandioca. Em diferentes bairros rurais em que estive, os colonos mais velhos com quem conversei ressaltavam a qualidade e a quantidade de engenhos de farinha em suas cidades. Por exemplo, em um município cuja população não ultrapassava três ou quatro mil habitantes havia dezenas de engenhos onde se trabalhava principalmente a farinha, mas também o milho e outros alimentos, e que em sua maioria funcionavam à base de força motriz dos rios, e não de força motriz animal. No entanto, vieram normas produtivas e sanitárias que demandavam, entre

3 Domesticação não é, para os antropólogos franceses da técnica (como François Sigaut, Jean-Pierre Digard e André-Georges Haudricourt), um processo iniciado e concluído historicamente em determinado período (e.g. revolução neolítica). Ao contrário, o que indicam é a imanência processual de toda relação humano-animal e humano-vegetal, sendo o estatuto e o comportamento domésticos, ou mesmo em alguns casos, os comportamentos asselvajados, fatos que devem ser mantidos continuamente mediante ações nos corpos e/ou ambientes desses seres. Sobre os estudos antropológicos da domesticação da vertente francesa, bem como de outras vertentes, incluindo mais atualmente uma brasileira, ver Sautchuk (2018).

outras coisas, no lugar do habitual ensacamento (em que a unidade de venda era a “saca” de farinha) o empacotamento padronizado⁴. Os colonos não possuíam a infraestrutura necessária para se adequar ou o capital para implementá-la e em pouco tempo os engenhos foram retirados da economia ativa. Vejamos como nessa mesma época a fumicultura (sob o SIPT) se tornou então um dos principais cultivos no Alto Vale do Itajaí.

Nos anos 1950, a fumicultura no Rio Grande do Sul (onde até então se concentrava o complexo fumageiro) se encontrava em crise, pois seu principal comprador, a Alemanha, não estava em condições de prosseguir com tal importação após o abalo da Segunda Guerra Mundial, sendo o fluxo de importações concentrado nas mãos dos estadunidenses, seus credores através do Plano Marshall (Vogt 1997: 96). Aliás, deve-se notar que havia uma relação nada fortuita entre a produção por parte de imigrantes de origem alemã e o consumo dos alemães na Europa. Lavradores alemães já cultivavam tabaco na Europa desde pelo menos o início do século XIX (Relly 2019: 234) e essa incumbência foi repassada aos imigrantes para que cumprissem com a crescente demanda de fumos claros ainda no fim do mesmo século (Silva 2002: 47). Nessa época, a Alemanha foi responsável por 55% da aquisição do total de tabaco produzido no Brasil (Silva 2002: 38)⁵.

A crise da fumicultura brasileira (até o momento, majoritariamente sul-riograndense) começou a ser superada nos anos sessenta, em especial na segunda metade da década, por três razões: 1) conflitos étnicos na antiga Rodésia (atual Zimbábue), até então grande exportadora de tabaco; 2) política estatal brasileira de incentivo à instalação de complexos agroindustriais no país, fornecendo crédito a empreendimentos estrangeiros; 3) aumento na exportação de tabaco brasileiro (Vogt 1997; Silva 2002). Na época, as transnacionais fumageiras antes voltadas à África, em particular, a *British American Tobacco* (Souza Cruz, no Brasil), passaram a investir, por meio de crédito público estatal, na instalação do complexo fumageiro em Santa Catarina e, um pouco depois, no Paraná, estados até então preteridos em comparação ao Rio Grande do Sul (Silva 2002: 215-216). Cabe indicar que aparentemente a expansão aos dois outros estados manteve a predileção por regiões de colonização alemã. Pode-se adicionar aos fatores da mudança – com cuidado para não exacerbar esse ponto – a concomitância temporal com a assim

4 Em sua dissertação sobre a história da fumicultura no Vale do Rio do Peixe, também em Santa Catarina, Ana Dionísio se deparou com a mesma situação que levava à falência dos engenhos de farinha graças à prescrição de novos procedimentos técnicos. Assim como entre meus interlocutores a principal memória dessa ruptura está na exigência do empacotamento da farinha. Observou-se, tal como ela propôs, uma correlação entre o declínio dos engenhos de farinha e a ascensão da fumicultura integrada (Dionísio 2016: 61-62).

5 Além do mais, o governo provincial, junto das empresas colonizadoras, distribuía aos imigrantes recém chegados sementes de tabaco e livretos explicativos do cultivo (Relly 2019: 235).

chamada Revolução Verde. Menciono cuidado porque no caso da fumicultura a presença de insumos químicos para a terra existiam na fumicultura de regiões sul-rio-grandenses ainda no século XIX (diferente de outros cultivos), assim como havia o acompanhamento de instrutores agrícolas pelo menos a partir de 1918 com a instalação do Sistema Integrado, enquanto o capital estrangeiro deitava suas raízes no campo sul-brasileiro.

Em suma, a convergência entre as mudanças de fluxo no capital fumageiro em escala global, o incentivo estatal brasileiro e a ruptura no sistema de engenhos de farinha até então vigentes no Alto Vale do Itajaí, que vivia índices altos de êxodo rural (Schenato 2019a: 42), propiciaram, em meados dos anos sessenta, a consolidação da fumicultura na região estudada neste artigo. Muitos fumicultores e fumicultoras com quem estive convivem com o tabaco desde a infância – geralmente a partir dessa mesma década. Um deles destacava ter nascido no mesmo ano em que seu pai plantou fumo pela primeira vez, outros sabiam bem a idade que tinham quando pela primeira vez cultivaram fumo com seus pais. Em que pese eventualmente muitos variarem seu cultivo, adotando, por exemplo, a cebola, é comum que os interlocutores se identifiquem através da fumicultura e como fumicultores.

Ademais, os camponeses com quem realizei trabalho de campo se denominam “colonos”. No interior catarinense, como sintetizou Giralda Seyferth, colono é quem se representa como descendente de imigrantes europeus que, a partir do século XIX, “participaram do mesmo processo histórico de colonização e implementação de uma sociedade camponesa baseada na pequena propriedade familiar” (Seyferth 1992: 2). Como na maioria dos trabalhos da autora, este artigo se centra na experiência de colonos teuto-brasileiros que vivem e trabalham com suas famílias em pequenas propriedades. Em nosso caso, sobreposto a isso está a identidade agrícola ou trabalhista da fumicultura, cultivo voltado ao comércio e que no Alto Vale coexiste, embora em menor escala, com hortas e vacas leiteiras criadas em estábulos (que por vezes complementam a renda doméstica), além de roças de milho que servem de insumo à alimentação das vacas e dos demais animais de criação, como galinhas e porcos.

Um aspecto importante observado por etnógrafas de camponeses colonos no Brasil, e que também encontrei em campo, é a centralidade da categoria “trabalho” na representação de si (Seyferth 1982, 1984, 1992; Bahia 2011; Renk 2000). Imbuídos na categoria estão significados que misturam liberdade e autonomia com resignação e suplício. Acreditando se opor à figura do assalariado (agrícola ou urbano), cada ato de labuta representa ao colono uma afirmação feita de suor sobre dignidade, e por isso toda ação deveria representar decisões livres da unidade produtiva familiar, em especial

do pai-homem. Para eles, a condição que realiza mais plenamente a ideia de trabalho incluiria tarefas agrícolas (lavoura e criação) realizadas com a família em terras de posse sua para efetivar os fins que bem quiserem. Por sua vez, a fumicultura joga com essa significação. De fato, no Alto Vale do Itajaí, os colonos fumicultores – aqueles que assim se identificam – geralmente trabalham em família dentro de suas próprias terras. Contudo, o plano da autonomia e da decisão fogem de suas mãos. Do ponto de vista dos estudos sobre campesinato, e em particular sobre colonos, descrever algumas atividades práticas da fumicultura pode iluminar como o trabalho enquanto ideal de liberdade se relaciona com o trabalho enquanto cotidiano de ações técnicas.

Processos de trabalho: capação, colheita e estufagem

Convém se ater às etapas da fumicultura que melhor representam o contato constante e intenso entre os corpos de fumicultores e fumicultoras e os tabacos cultivados e curados. O nome popular do primeiro processo descrito remete a um vocábulo comum à domesticação animal, refiro-me à capação do fumo⁶. Também chamada de desponte ou desbrotamento, a capação consiste na operação em que os fumicultores rompem manualmente os brotos (que, a depender de quando o serviço é completado, podem florescer em tons rosados) que crescem no topo de cada pé de fumo que cresce na roça. Hoje, o mais comum é que a capação inclua, além da simples quebra dos brotos, uma aplicação subsequente de um agrotóxico no caule exposto pela ruptura a fim de que a planta não torne a brotar futuramente. Ao agrotóxico chamam antibroto e aplicam-no com o emprego de pulverizadores costais, localmente apelidados de *judeozinhos*⁷, dado que o peso dos litros da solução química “judia” as costas de quem utiliza tais máquinas nas largas jornadas de trabalho.

O motivo desse serviço é evitar que os brotos abduzam a energia da planta, a qual,

6 Parece razoável dizer que analogia da “capação” segue a lógica da castração, em que uma ação humana transforma o corpo e o desenvolvimento corporal do indivíduo animal de acordo com as prerrogativas do que é considerado eficaz, seja a transformação comportamental (tornar o dócil o animal), seja culinária/econômica (tornar tenra a sua carne). Do mesmo modo, a capação do tabaco é um ato que modela o corpo da planta, seguindo uma eficácia econômica de reter nas folhas o que os colonos chamam de *força da planta*, para que apenas elas se tornem pesadas, grandes e vistosas. Isso ajuda a compreender como os atos técnicos na agricultura e na pecuária são modos de *objetivar* algum aspecto do vegetal ou animal trabalhado, em detrimento de outras qualidades possíveis que permanecerão inativas ou mesmo serão desativadas. Não há, portanto, animal ou vegetal *total*, cujas qualidades e comportamentos prescindam sua relação mediada tecnicamente pelos humanos com quem vivem e que, no mesmo processo, também são *objetivados* pelas exigências que a convivência interespecífica demanda.

7 Os termos em itálico indicam categorias nativas do Alto Vale do Itajaí.

segundo os planos dos fumicultores, deve estar concentrada na constituição das folhas, como demonstrei, mercadoria final a ser vendida. Uma roça salpicada pelo rosa das flores brotadas é signo de descuido. Como me disseram, trata-se de uma “roça mal olhada”, resultado talvez do desleixo, mas certamente resultante de uma safra de pouco rendimento financeiro. O oposto (uma roça bem capada) é fruto do trabalho paciente de alguns dias em que, tabaco após tabaco, as mãos se projetam sobre os brotos, arrancando-os para que eles não subtraíam os valores das folhas. Inclusive, embora a aplicação do antibroto deva ser feita conforme condições atmosféricas em que haja poucos ventos e umidade suficiente para a absorção dos agrotóxicos pelas plantas, a força do itinerário produtivo – ditado pela constância do preenchimento e do funcionamento da estufa – atropela tais condições, acarretando algumas aplicações ineficazes, o que permite novas brotações e, por conseguinte, a repetição do serviço da capação.

Normalmente, a capação se encerra, ou ao menos passa a ser intercalada, com o início da colheita. Mais uma vez, a atividade é realizada manualmente, característica notória da fumicultura como um todo. As famílias, unidades produtivas, dirigem-se à roça com um trator ou microtrator acoplado a uma caçamba, onde serão dispostas as folhas de fumo. Na verdade, o termo “colheita” deve ser precisado tal como o é no Alto Vale do Itajaí. Colher envolve duas operações distintas, localmente conhecidas por *quebrar* e *puxar* fumo.

Quebrar diz respeito ao ato de passar por cada fileira de tabaco arrancando do caule, com as mãos, as folhas percebidas como adequadas. Essa percepção diz respeito às qualidades de cada folha individual ou do conjunto de folhas de determinada altura do caule do tabaco (em uma gradação de qualidade), notando tonalidade, murchidão e tamanho. Embora não seja uma avaliação estrita, ao se observar um conjunto de folhas pouco adequadas, pode-se optar por não as colher, esperando por condições climáticas que as revivam ou planejando o emprego de adjuvantes. À medida que se *quebram* as folhas, elas são ajuntadas de baixo do braço, na unidade operacional de uma *braça*, a qual pode ser deixada nos caminhos da roça quando quem *quebra* não consegue carregar novas folhas para que se colete-as depois, ou pode-se levá-las diretamente à caçamba.

Puxar, por sua vez, diz respeito ao ato de levar o fumo *quebrado* e disposto na caçamba até o galpão, onde normalmente está instalada a estufa de secagem. Essa tarefa varia conforme o meio de transporte utilizado, bem como o tipo de estrutura da caçamba (com rodas ou sem), mas não entrarei em detalhes quanto aos transportes aqui. Uma vez *puxadas*, é preciso retirar as folhas de tabaco recém secas de dentro da estufa, armazená-las no galpão e em seguida preenchê-la novamente com as folhas frescas colhidas há pouco. Em outro momento, rumo ao fim da colheita, as folhas armazenadas serão qualitativamente

classificadas pelos fumicultores, separadas conforme as classes percebidas, amarradas em feixes (*embonecadas*) e enfardadas para o transporte às sedes das empresas fumageiras, onde finalmente serão vendidas. As classes dizem respeito à qualidade das folhas curadas de acordo com o arranjo de textura, coloração, tamanho e outros fatores sensíveis. É através de um processo equivalente que os fardos de folhas são precificados no momento de venda, quando um técnico da empresa fumageira com a qual o fumicultor possui contrato realiza – vale ressaltar, na sede da empresa, o que demanda pagamento de frete por parte do fumicultor – uma classificação própria e, assim, categoriza em classes os fardos a serem vendidos. O valor de cada classe é negociado e estabelecido anualmente em uma reunião entre as empresas e as entidades – hipoteticamente – representantes dos fumicultores. Relato, logo mais, que o processo de venda consiste em um grave dilema para os fumicultores.

De volta ao cotidiano do cultivo, a imagem síntese que um espectador à parte enxergaria da atividade de *quebrar* fumo seria, acredito, o movimento dos trabalhadores abraçando grandes quantidades de folhas de tabaco – frescas ou curadas – junto ao corpo. Tais abraços sintetizam não apenas os serviços na roça e na estufa, mas também um dos efeitos dessa intimidade com o tabaco: o *porre de fumo*. Haja vista que a nicotina presente no tabaco é uma substância hidrossolúvel, os corpos suados de fumicultores e fumicultoras fornecem um meio favorável para sua absorção. São, de fato, overdoses, ou na tradução regional, *pileques* e *porres* de nicotina, constituintes do que as ciências da saúde convencionaram chamar de Doença da Folha Verde do Tabaco (DFTV), responsável por enjoos, dores de cabeça e dores corporais, entre outros sintomas recorrentes na vida desses camponeses. À ocorrência do suor, fato incontornável no calor do verão (época das colheitas) somam-se: a alta umidade relativa do ar, o orvalho matutino nos tabacos e, principalmente, a colheita debaixo de chuva, circunstância particular da fumicultura, constituinte diacrítico em relação às demais atividades agrícolas comuns no Alto Vale, a exemplo do cultivo de cebola e a criação de vacas leiteiras, cada qual com seus. Um aspecto que agrava a conjugação entre a nicotina nas plantas e o trabalho sob chuva é a recusa, pelos agricultores, do uso dos equipamentos de proteção individual (EPIs), prescritos para tais condições climáticas. Essa rejeição se explica não por ignorância ou teimosia dos fumicultores, mas pelo impacto contraprodutivo que tal emprego acarretaria aos trabalhos na roça e, portanto, ao cultivo de folhas-mercadoria de qualidade, fenômeno que analisei em outra instância (Seraphim 2019). Logo, ainda que nem todos sejam igualmente impactados pela absorção de nicotina⁸, é quase certo que pelo menos algum membro da

8 Os *porres de fumo* afetam principalmente aqueles que não fumam (palheiro ou cigarro de papel), hábito comum entre os homens adultos, de modo que as principais vítimas são mulheres, crianças e

família fumicultora sofra as consequências do trabalho com as folhas.

Não obstante, não faria sentido simplesmente eleger uma qualidade da planta cultivada como matriz explicativa dos problemas experienciados pela parcela do campesinato que a cultiva. O plantio, enquanto fato social, deve ser estudado com base nas relações concretas que medeiam cultivadores e seus cultivos. No caso da fumicultura do Alto Vale do Itajaí, o que meus interlocutores destacam é o ritmo das atividades. “O ritmo no fumo é diferente”, dizem uns, mas não porque considerem a intensidade das tarefas agrícolas do fumo mais onerosa em comparação às demais ocupações agrícolas locais, como o cultivo de cebola, a especialização em vacas leiteiras ou a criação agroindustrial de suínos. A diferença no ritmo do fumo está em sua constância e ininterruptão, em especial na época de colheita e secagem das folhas. Há pouco, indiquei o fato peculiar do trabalho na roça debaixo da chuva, algo suspenso nos outros plantios, e que aumenta as chances de *porre de fumo*. Além disso, é importante destacar outro fator já apresentado, o beneficiamento do cultivo na propriedade do camponês, de modo que cabe também à família produtiva manter-se atenta ao processo de cura do tabaco nas estufas, bem como sua classificação e enfiamento para transportá-lo e vendê-lo. Essa atenção à estufa é demonstrativa da ininterruptão do ritmo dos serviços, pois, durante a secagem, é preciso vigiar a estufa para fornecer-lhe lenha e para manter o painel da temperatura em níveis corretos, bem como limpar o interior da estufa, cuidados que atravessam dias, noites e madrugadas. Assim se explicam as barracas ou colchões nos galpões em época de colheita e cura. Pequenos descuidos podem secar demais ou de menos as folhas, decrescendo sua classe de venda e, portanto, seu valor. Em situações mais extremas, porém não incomuns, as estufas se incendiam, muitas vezes levando consigo, além de sua infraestrutura e do galpão, toda a safra colhida até o momento e deixando com o fumicultor apenas dívidas. Ainda sobre a estufa, há os casos contrários em que o problema está na falta de energia elétrica, coisa corriqueira no cotidiano em dias de temporal no Alto Vale do Itajaí. Para evitar que a interrupção avarie as folhas na estufa, muitos fumicultores adquirem geradores e a gasolina necessária.

Retorno, enfim, à primeira pergunta do parágrafo de abertura: como os fumicultores transformam as folhas de fumo em mercadorias a serem vendidas às empresas fumageiras? Resumindo as descrições da seção presente, eu responderia que as folhas se tornam mercadorias através dos cuidados íntimos, em que folha depois de folha é objeto de ação e atenção, cuidados balizados pelo ritmo ininterrupto de atividades e providências dispendidas. No entanto – e espero que o leitor tenha percebido o mesmo –, os processos de trabalho exigem uma assiduidade e uma extensão que demandam matizar a impressão

adolescentes de ambos os sexos, de menor contingente tabagista.

de senso comum (impulsionada pela propaganda das empresas fumageiras) de que os grupos estudados são representantes típicos de um campesinato livre, subordinado tão somente aos próprios interesses e planos. Está nítido, ao contrário, que a gerência produtiva da fumicultura não recai apenas à família, dona dos meios de produção, mas é, no mínimo (e em uma fraseologia branda), compartilhada com as empresas fumageiras. A maneira pela qual se configura essa presença capitalista dentro da esfera produtiva é o objeto da seção seguinte.

Disciplinamento agrícola

Em um texto que inspira o presente artigo, Eduardo Di Deus (2019) descreve como os sangradores na haveicultura paulista “amansam” as seringueiras. Trata-se, como em nosso caso, de uma relação íntima e singularizada (com uma unidade de operação em cada vegetal plantado) de produção entre humanos e vegetais dentro de uma plantação agroindustrial. Todavia, enquanto os fumicultores são proprietários das terras de plantio, os sangradores trabalham em sistema de parceira (renda advinda de parcela definida da produção de látex) nas terras de patrões e com as árvores de patrões. “Amansar” significa estabelecer um fluxo adequado de látex – a mercadoria em questão – em cada árvore que amadurece e adentra o estágio produtivo. Para isso, uma série de técnicas são empregadas, desde o esmero no processo do corte na casca à aplicação de agrotóxicos. Às ações particulares parece subjazer a necessidade de uma imposição rítmica ao fluxo da seringueira, da manutenção de uma continuidade ordenada da relação entre sangrador e seringueira. Di Deus (2019) demonstra, nesse sentido, que é através da configuração do ritmo de sua presença e de suas técnicas nos lotes plantados que o sangrador se torna capaz de agenciar eficazmente os fluxos de látex. Como consequência, nas palavras do autor: “ao disciplinar sua frequência de retorno aos lotes, ele disciplina sua vida com um certo ritmo” (Di Deus 2019: 16, tradução minha).

Como se observa, tal como na fumicultura, age-se junto do vegetal a fim de ativar um princípio visado, potencializar especificamente o material específico que será considerado mercadoria, em um caso, a folha, no outro, o látex. Além de assinalar essas convergências – comparação a ser retomada à frente – espero me valer de uma ideia vislumbrada por Di Deus, qual seja, a de que a relação produtiva entre humanos e vegetais é fruto de um disciplinamento mútuo, ou seja, que produz efeitos tanto na vida do cultivador quanto na do cultivado.

No contexto fumageiro, é inviável afirmar que se pratique a especificação dos

pormenores gestuais do trabalho ou da disposição espacial dos trabalhadores. Tampouco se encontra um registro preciso da hora-relógio como parâmetro para a duração das operações. Embora o abastecimento das estufas de secagem gere um motor temporal a ser acompanhado, a temporalidade dos atos na roça, por exemplo, depende igualmente das disposições fisiológicas das plantas, fator que, por sua vez, obedece a condições climáticas. Na agricultura, não há como contornar o fato de que o processo de trabalho conjuga aspectos ecológicos e econômicos. Reconhecer, porém, que as atividades na roça são diretamente afetadas por fenômenos ambientais não é o mesmo que afirmar que os fumicultores sujeitem suas operações prioritariamente a eles. Como vimos, um diacrítico do serviço dos fumicultores é a colheita sob chuva, circunstância de trabalho malquista⁹ que pode ou mesmo deve ser evitada em outros cultivos no Alto Vale do Itajaí, mas cujo maior problema está nos efeitos patológicos dos *porres de fumo*¹⁰.

Logo, é característica da fumicultura o aplainamento dos vários ritmos ecológicos em interação na roça, e que são subordinados ao risco de que as chuvas de muita intensidade ou duração arruinem o valor das folhas de tabaco. Além disso, os ritmos devem ser submetidos à necessidade de manter a estufa preenchida e operante. Em suma, o valor constituído nas mercadorias na produção eclipsa as adversidades dos processos dessa constituição. Assim, o disciplinamento se exprime na fumicultura através desse aplainamento rítmico, expresso pela ininterrupção dos serviços, e, em boa medida, ininterrupção do contato íntimo entre tabaco e fumicultor. Tal ritmo, saliente, não decorre de ordens expressas das empresas, senão do modo como a circunstância classificatória da venda final está antecipada em toda relação com as folhas, na primazia da qualidade de sua maturação e secagem. Diferente, por exemplo, do disciplinamento fabril, não há na fumicultura supervisão externa ou formalizada, seja ela explícita ou dissimulada, que vigie movimentos e posturas corporais dos fumicultores durante os processos de

9 Segundo os comentários de ex-fumicultores e outros camponeses no Alto Vale, trabalhar debaixo de chuva (literalmente se molhando na roça) é um índice peculiar da liberdade de escolha na agricultura. Poder se ausentar na roça em dias pouco apropriados às tarefas agrícolas significa que a unidade familiar consegue decidir ela mesma qual será seu curso da ação diário, independentemente, em certo grau, de pressões ou orientações externas. É um exemplo corriqueiro, mas bastante citado, de *ser o seu próprio patrão*. Também em entrevista feita pela historiadora Stela Schenato, a memória do trabalho sob a chuva se apresenta como diacrítico negativo da fumicultura no Alto Vale (Schenato 2019b: 168).

10 Se afirmei que o disciplinamento produz o corpo em um elo crescente de obediência e utilidade, é preciso cautela quanto ao aumento de utilidade. Expus alguns fatores danosos à saúde na fumicultura, circunstância que ao longo dos anos mina a potência produtiva desses fumicultores. Em que pese eu não esteja apto no momento para analisar a fundo essa contradição, acredito que uma análise plausível deva se dar com base no fenômeno da superexploração da força de trabalho nos países latino-americanos (mas aqui introduzindo um contexto não assalariado), leitura crítica realizada pelos autores da teoria marxista de dependência.

trabalho. A vigilância da empresa está em sua classificação das folhas. As folhas medeiam o disciplinamento entre fumicultores e fumageira. Está subentendido que, afora o valor econômico apreendido, as qualidades sensíveis das folhas são o meio de avaliar a atenção e a força dispendidas nos processos de trabalho. Voltarei a essa avaliação do disciplinamento dos agricultores na seção seguinte, para observar uma reorientação em curso nas relações de trabalho e produção na fumiicultura sul-brasileira.

Com efeito, escapar das diversas táticas de coerção (diretas ou indiretas) consistiria no ideal camponês identificado em outros contextos sob a figura do trabalho livre, tanto como diacrítico que positivava o trabalho livre perante o trabalho fabril entre colonos-operários catarinenses (Seyferth 1984), quanto como signo do distanciamento da gerência das *plantations* por parte dos trabalhadores rurais nordestinos (García Jr. 1988). Para o caso dos colonos fumicultores, capturados entre o que consideram signos de liberdade (graças à detenção dos meios de produção), e as forças de disciplinamento em cada detalhe técnico de seus processos de trabalhos, reverberam as palavras de Giralda Seyferth sobre as contradições vividas pelos colonos do Vale do Itajaí Mirim (SC), região próxima desta que estudo:

A naturalização da liberdade do pequeno proprietário rural se sobrepõe à consciência da dominação, observada nas críticas dirigidas aos comerciantes, aos especuladores e a uma entidade onipresente como o governo [ou como as fumageiras transnacionais], ou no desalento com os rumos da mudança social. Os colonos, assim, se autodefinem como possuidores de liberdade de escolha, por não estarem submetidos a uma hierarquia de chefes e patrões, a um horário de trabalho (Seyferth 1992: 15).

De fato, em épocas de baixa no preço do fumo, os colonos fumicultores que costumam se orgulhar de serem patrões de si em suas próprias roças, enfatizam a arbitrariedade dos critérios de precificação industrial, tão descompassados da mão-de-obra dispendida para produzir um bom fumo. Embora por vezes ocultado ou minimizado, o exercício coercitivo está internalizado pelos trabalhadores em seus processos de trabalho e se expressa na própria relação com o tabaco, objeto que medeia sua relação de trabalho com as empresas. As qualidades mercadológicas das folhas, as quais só se concretizam mediante os cuidados humanos, patrulham a atividade do fumicultor. Na esperança da valorização econômica, os fumicultores respondem aos tabacos numa inversão surreal do consumo tabagista, em que as plantas, como se fossem elas os adictos, exigem sempre mais e mais cuidados das mãos humanas.

Em vez de estar na especificação dos gestos – algo mais condizente com a destreza exigida pelas técnicas de extração na haveicultura estudada por Di Deus (2019) –, o disciplinamento fumageiro jaz na inseparabilidade entre corpo humano e vegetal sob a forma da atenção permanente. Aliás, ao enxergar o disciplinamento não na distribuição e na movimentação humana, mas na sua relação de constante cuidado com o tabaco, estou impelido a perceber que o detalhamento individualmente corporal não desaparece de todo, mas se estabelece no corpo de cada pé de fumo. Torna-se perceptível, então, que as tarefas do cultivo descritas no início do texto são modos de disciplinar o amadurecimento do tabaco, objetivando boa configuração das folhas. A capação figura como epítome dessa tática, pois uma estrutura botânica, cujo crescimento “desvia” a energia da planta, é apartada do corpo do vegetal, tarefa complementada pela ação do antibroto. Logo, numa sugestão aos estudos sobre relações entre humanos e não-humanos, noto que disciplinamento não permite esquecer que a produtividade do capital não age separadamente nos humanos e nos seres vivos a partir dos quais produzem valor, mas precisamente na relação mútua em que uns conformam e confrontam os outros. Aliás, é esse disciplinamento mútuo que responde à segunda questão do início do texto: um camponês se transforma efetivamente em fumicultor ao ser condicionado pelo ritmo ininterrupto dos processos de trabalho, notadamente junto às folhas.

Uma reorientação na subordinação camponesa ao capital

Ao fim da safra, na classificação que precede a conclusão da venda, a folha-mercadoria é a testemunha que manifesta em suas qualidades sensíveis a eficácia maior ou menor do disciplinamento no trabalho do fumicultor. Mesmo assim, a qualidade concretizada não corresponde necessariamente a um pagamento de valor correspondente, pois há uma possibilidade arbitrária ou não-técnica – do ponto de vista dos fumicultores – de que as folhas sejam desclassificadas (classificadas abaixo da qualidade esperada e/ou percebida), rebaixando, por conseguinte, o valor pago na transação. Face a um preço abaixo do esperado, o fumicultor, que já pagou o frete, ausentou-se de sua terra (e seu trabalho) por um dia ou mais a fim de levar os fardos à venda na sede regional da empresa, deve optar por: aceitar o valor depreciado, garantindo instantaneamente retorno financeiro, após a empresa integradora descontar o preço dos insumos por ela providos, evitando um frete de volta a seu galpão; ou, revoltado com a atitude da empresa, não efetivar a venda, restando a dívida pelos insumos, o valor do frete de volta, além de outros fretes prováveis nas novas tentativas de venda, e, sobretudo, a incerteza de que as folhas-mercadorias serão compradas alhures.

Assim, sob a perspectiva agroindustrial, o disciplinamento pode oferecer um vínculo explicativo entre aspectos econômicos, morais e técnicos do trabalho agrícola, relação preconizada atualmente por Eduardo Di Deus a respeito do cultivo de seringueiras no Noroeste do estado de São Paulo (Di Deus 2017). De acordo com o ponto de vista do sangrador na haveicultura paulista estudada por Di Deus, pode-se apontar a consciência dos trabalhadores a respeito do disciplinamento como matriz das tensões atuais a respeito da produtividade e da rentabilidade entre os sistemas de emprego da parceria e da mais recente contratação assalariada.

Algo semelhante parece ocorrer na fumicultura, graças à tensão que surge pelo descontentamento dos fumicultores perante os pagamentos que recebem na venda de seu tabaco. No entanto, o fato de serem donos de sua terra, preconizando para si mesmos o ideal de trabalho livre, parece repelir os fumicultores de qualquer horizonte empregatício (possibilidade aventada pelo Ministério do Trabalho anos atrás), como se isso implicasse, além da transformação econômica, a ruptura de uma moralidade camponesa em que só pode ser efetivamente “trabalho” aquele em que haja “a liberdade de realizar o trabalho para nós, em oposição ao não trabalho para o outro” (Woortmann 1990: 50). Essa recusa, porém, não apaga as constantes queixas acerca da não valorização de sua mão-de-obra, a qual os fumicultores veem como ritmada, ininterrupta, ou, em suma, disciplinada, ao passo que todo tipo de situação está à espreita para desvalorizar as folhas de fumo, em especial, a circunstância sobre a qual o fumicultor não tem controle algum: a desclassificação na venda, tácita ou abertamente efetivada por motivos econômicos e não-técnicos¹¹.

Em síntese, o mesmo disciplinamento que transforma o tabaco em mercadoria a ser vendida, transforma, em especial pela ininterruptão das tarefas, a força de trabalho dos fumicultores em algo cujo emprego é ao mesmo tempo constante e indeterminável, ritmado e desenfreado, algo estranho a si mesmo, embora não alienável como mercadoria. Entre outros motivos¹², o disciplinamento, que especifica e produz a relação fumo-

11 De forma geral, é característica do campesinato existir em relação com grupos diferentes de si, nominalmente classes sociais dominantes e abrangentes, no caso, as transnacionais fumageiras. Com isso em mente, vale salientar que é algo generalizado haver desconfiança quanto às situações de negócio e mercado, circunstâncias que se apresentam como o Outro do camponês, que então evita justapor, como demonstra Klass Woortmann, parentes (mundo do nós) e negócio (Woortmann 1990). O faro “sociológico” das fumageiras, no entanto, há décadas encontrou uma estratégia para confundir a fronteira entre empresas e camponeses: o emprego de colonos como instrutores de fumo – técnicos agrícolas a serviço das empresas. Inclusive, o emprego dos filhos de colonos foi uma das portas de entrada históricas para a aceitação da fumicultura por parte dos colonos catarinenses no século XX (Paulilo 1990).

12 No Alto Vale do Itajaí, um fenômeno que parece afetar o modo como os fumicultores veem sua produção e remuneração é a convivência com os camaradas, trabalhadores rurais assalariados pagos por valor diário, semanal ou mensal previamente fixado. É comum que as famílias com produções maiores paguem

fumicultor, faz com que os fumicultores enxerguem como mercadoria não somente o tabaco a ser vendido, mas também sua força de trabalho, apenas para a encontrarem não remunerada. A rigor, tal ausência, ou falta de valorização, acomete a força de trabalho na sua forma dispendida e transferida à cada folha de fumo, cujos fardos são comumente classificados abaixo da expectativa dos camponeses. A situação é a mesma que Élide Liedke encontrou nos anos setenta, quando apontou que a força de trabalho dos fumicultores não é mercantilizada abertamente, pois “se ela de fato é expropriada, se dela o capital extrai sobretrabalho, este processo se faz através da comercialização do fumo [...] aparentemente, não há remuneração da força de trabalho, mas do produto” (Liedke 1977: 99).

Apesar de tudo, assumir as empresas como determinadoras do processo de trabalho é algo muito contraditório para os fumicultores. Ao mesmo que tempo em que se orgulham de trabalhar nas próprias terras e de ser os patrões de si mesmos, eles admitem que caso não sigam algumas diretrizes produtivas das empresas (constante renovação da infraestrutura e dos meios de trabalho, técnicas de plantio e colheita etc.) correm o risco de não obter uma boa venda no tabaco. Há ainda alguns fumicultores que trabalham às margens do Sistema Integrado, cultivando com sementes próprias e sem contratos estabelecidos, reservando a venda a atravessadores. Um desses fumicultores ressaltou que sua recusa às empresas ocorria porque, mesmo que isso acarretasse menor lucro, sua meta após décadas como arrendeiro era trabalhar mais livremente, coisa inviável na integração, uma vez que, em suas palavras, “a empresa é como patrão”.

Aliás, essa afirmação ganha ainda mais peso quando se considera a mudança em curso na relação entre empresas fumageiras e fumicultores. A partir, pelo menos, do fim da década de sessenta (época de expansão do complexo fumageiro) era positiva a atitude das empresas quanto a integrar novos agricultores. Isto é, cada fumageira buscava atrair e integrar cada vez mais fumicultores para seu próprio sistema, inclusive através de tentativas de cooptar para si fumicultores integrados em outras empresas. As estratégias empresariais consistiam em propostas de financiamento diretamente com os fumicultores e na conversão de instrutores de fumo de outras companhias, os quais trariam consigo os fumicultores com quem trabalhavam habitualmente (Liedke 1977: 61-63). Era comum, portanto, que os fumicultores trocassem de empresa integradora como forma de procurar contratos e preços considerados melhores e de manifestar o descontentamento com a relação empresarial. O objetivo industrial – bem-sucedido, vale salientar – era que a produtividade crescesse de acordo com o aumento no número de famílias fumicultoras integradas em cada empresa.

camaradas na época da colheita. Muitos fumicultores, principalmente quando jovens, trabalham eles mesmos como camaradas em outras propriedades tabacaleiras ou em lavouras de cebola.

Hoje, no entanto, a dinâmica de integração parece se transformar. Como pude ouvir em campo, cada vez mais não é o fumicultor quem escolhe sua integradora, senão a integradora quem escolhe seu fumicultor. Famílias que trabalharam há anos sob uma mesma integradora, e que tanto investiram na infraestrutura fumageira, são descartadas quando a empresa deixa de buscá-las para a renovação do contrato anual. Embora nem sempre se fale abertamente, os fumicultores identificam as causas do rompimento em suas decisões produtivas, especificamente por terem recusado alguma nova versão de um instrumento ou máquina de trabalho ou ainda por terem se desviado das indicações técnicas do instrutor de fumo. Os fumicultores experientes que Stela Schenato entrevistou, também no Alto Vale do Itajaí, descrevem de modo idêntico essa tendência contemporânea (Schenato 2019b: 167-168). A mesma situação foi mencionada em sessão da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 25 de junho de 2020, quando três fumicultores puderam discursar quanto à precificação do tabaco na safra 2019/2020. Na ocasião, uma fumicultora, hoje vereadora pelo município de Canguçu (RS), afirmou que as empresas fumageiras estão selecionando somente os fumicultores que aceitam integralmente as novidades de meios produtivos oferecidos e descartando aqueles que não renovam insumos e infraestruturas, seja por preferência técnica ou por incapacidade financeira¹³.

Na realidade, em 1997, a dissertação do historiador Olgário Vogt identificou o que ele chamou de uma reorientação da produção fumageira. Atento aos sinais de diminuição do contingente de fumicultores integrados, seu prognóstico repudiava uma interpretação possível de fim do ciclo sulino do fumo, e, em vez disso, apontava: “aqueles agricultores, considerados de baixa produtividade, ou que não produzem fumo de qualidade, serão excluídos do sistema. Ou seja, estamos diante de um *processo de seleção* de plantadores” (Vogt 1997: 215, grifos meus), dentro do qual “o mercado cada vez mais estabelecerá a intensidade social média em que deve se dar o trabalho familiar e lhe imporá as condições em que a produção deve ocorrer” (Vogt 1997: 217)¹⁴.

13 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=agpIm0Y-ykk>. Acesso em 23 mar. 2021.

14 Em uma ótima revisão da literatura sobre relações de trabalho na fumiicultura, Ronaldo Lima constata que, pelo menos até então (ano de 2007), o prognóstico de Vogt não se concretizara. Além disso, acrescenta o que pensa ser a condição necessária para uma tal reorientação: “só uma drástica redução nos volumes produzidos internamente pode encetar um processo de seleção de agricultores mais aptos ou a exclusão daqueles com escassos recursos produtivos” (Lima, 2007: 206). No entanto, a análise atual dos números da fumiicultura sul-brasileira parece contrariar o argumento de Lima e confirmar aquele de Vogt. Desconsiderando as variações anuais, no período entre 2005 e 2019, o número de famílias fumicultoras na região Sul diminuiu de 198.040 para 149.060 (queda de 24,7%) e os hectares plantados de 439.220 para 297.310 (queda de 32,3%). No mesmo período, embora a massa de tabaco produzida tenha reduzido 21,2%, a relação entre massa produzida e área cultivada, a despeito de eventuais quedas anuais, manteve certa estabilidade, oscilando anualmente entre queda e crescimento, mas totalizando enfim um saldo de crescimento, saindo de 1.919 kg/ha em 2005 para 2.235 kg/ha em 2019. Ou seja, a seleção está ocorrendo em paralelo com o aumento no volume produzido regionalmente, e não devido

Creio que o disciplinamento com o qual me deparei etnograficamente serve, no nível das atividades agrícolas, como meio para essa reorientação prevista anos atrás. Mais do que concretizar a qualidade das folhas-mercadoria (e seu valor), por servir cada vez mais de critério seletivo de integração às fumageiras, o disciplinamento se generaliza para diferentes esferas da relação entre integrados e integradora, seja na efetivação ou rompimento da renovação contratual, seja no imperativo da adoção de quaisquer novos instrumentos de trabalho, infraestruturas e técnicas agrícolas oferecidas pelas empresas. Isso não é dizer que antes não havia disciplinamento em relação às empresas e aos processos de trabalho com as plantas. Trata-se apenas de observar que a reorientação em curso nos últimos anos faz do disciplinamento o critério para integração, ou melhor, para a manutenção da integração de alguns fumicultores e para a dispensa de muitos outros.

Sem resguardar preciosismos quanto às categorias de análise, espero que a perspectiva agrícola do disciplinamento se justifique por demonstrar as coerções pouco explícitas, do ponto de vista de uma sociologia rural metódica, quanto à distribuição dos meios de produção, porém, talvez menos minuciosa quanto aos arranjos práticos das forças produtivas. É nesse sentido que a subordinação ao capital, que se expressa nos dispositivos financeiros que relacionam fumicultores e empresas fumageiras, persiste também no âmago dos processos de trabalho, isto é, nas ações de cultivo e beneficiamento que, disciplinadas, não podem ser compreendidas como reflexo imediato dos desígnios de quem as cultiva¹⁵. Haja vista que no capitalismo agrário brasileiro “é a lógica do capital que se impõe a todos os processos, *variando, todavia, os vínculos da subordinação e as formas dos processos sociais considerados*” (Tavares dos Santos 1981: 109, grifos meus), nossa tarefa consistiu em evidenciar uma variação de tais vínculos de subordinação do trabalho livre dos fumicultores ao capital por meio de estratégias produtivas particulares ao sistema integrado da produção de tabaco. Essas estratégias não se revelam na superfície dos dados agrários, mas podem ser descritas através do disciplinamento que produz humanos e vegetais, ou mais precisamente, a relação entre ambos sob a forma, incontornável e contraditória, da mercadoria.

à queda produtiva. Disponível em: <https://afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>. Acesso em 20 mar. 2021.

15 Ademais, um motivo para desconfiar da categoria, inclusive propagada pela agroindústria fumageira, de “agricultura familiar” e suas conotações nas ciências sociais.

Referências

- BAHIA, Joana. 2011. *O tiro da bruxa: identidade, magia e religião na imigração alemã*. Rio de Janeiro: Garamond.
- DI DEUS, Eduardo. 2017. *A dança das facas: trabalho e técnica em seringais paulistas*. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.
- _____. 2019. "The tree that responds: taming the rubber tree". *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, 16: 01-21.
- DIONÍSIO, Ana. 2016. *Memórias de trabalho, veneno e fumaça: uma análise histórica sobre os impactos socioambientais da produção integrada de tabaco no Alto Vale do Rio Tijucas (SC, 1970-2000)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina.
- EPAGRI/CEPA. 2018. *Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2017-2018*. Florianópolis: Epagri/Cepa.
- GARCÍA JR., Afrânio. 1988. "Libertos e sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres do Nordeste". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 3(7): 6-41.
- LIEDKE, Élide. 1977. *Capitalismo e camponeses: relações entre indústria e agricultura na produção de fumo no Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília.
- LIMA, Ronaldo. 2007. "Desenvolvimento e relações de trabalho na fumicultura sul-brasileira". *Sociologias*, 9(18): 190-225.
- PAULILO, Maria Ignez. 1990. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos*. Florianópolis: Ed. da UFSC – SECE.
- RELLY, Eduardo. 2019. *Wald e Urwald: transferências agrícolas e florestais entre Brasil e Alemanha através da emigração (1849-1880)*. Tese de Doutorado. Departamento de História e Estudos Culturais, Freien Universität Berlin.
- RENK, Arlene. 2000. "Uns trabalham e outros lutam: brasileiros e a luta na erva". *Horizontes Antropológicos*, 6(14): 239-258.
- SAUTCHUK, Carlos Emanuel. 2018. "Os antropólogos e a domesticação: derivações e ressurgências de um conceito". In: J. Segata; T. Rifiotis (ed.). *Políticas etnográficas no campo da ciência e das tecnologias da vida*. Porto Alegre: Ed. UFRGS. pp. 85-108.
- SCHENATO, Stela. 2019a. *Relações de gênero e trabalho no espaço rural fumageiro (Rio do Sul: 2000-2018)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História, Universidade do Estado de Santa Catarina.
- _____. 2019b. "O discurso da tradição: permanência na fumicultura em Rio do Sul/SC no século XXI". In: *XXVI Semana Acadêmica de História*, Anais da semana acadêmica de história. Blumenau: FURB. pp.162-174.
- SERAPHIM, Yves Marcel. 2019. "A fumicultura percebida pelos pés: a propósito da recusa

a um equipamento de proteção individual (EPI)". *Revista de Estudos e Investigações Antropológicas*, 6(2): 28-45.

SEYFERTH, Giralda. 1982. A representação do trabalho alemão na ideologia étnica teuto-brasileira. *Boletim do Museu Nacional*, 37: 1-33.

_____. 1984. "Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança". *Revista do Museu Paulista*, 29: 73-96.

_____. 1992. "As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 7(18): 1-19. Disponível em: http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/18/rbcs18_06.pdf. Acesso: 23 mar. 2021.

SIGAUT, François. 1983. "Un tableau des produits animaux et deux hypothèses qui en découlent". *Les Nouvelles de l'archéologie*, 11(1): 45-50.

SILVA, Leonardo Xavier da. 2002. *Análise do complexo agroindustrial fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transação*. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. 1981. "A reprodução subordinada do campesinato". *Ensaio FEE*, 2(2): 109-117.

VOGT, Olgário. 1997. *A produção do fumo em Santa Cruz do Sul, RS (1849-1993)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.

WOORTMANN, Klass. 1990. "'Com parente não se neguceia': o campesinato como ordem moral". *Anuário Antropológico*, 12(1): 11-73.

Recebido em 2 de fevereiro de 2021.

Aceito em 31 de março de 2021.